



Ditadura, exílio e imprensa

Julia Savian¹

O exílio é um fenômeno que permeia a história latino-americana. Em uma região marcada por conflitos políticos, guerras civis e ditaduras, a expulsão de “sujeitos indesejáveis” tem sido uma constante resultante da instabilidade política, da repressão e das persistentes violações dos direitos humanos. Diferente das experiências anteriores, o exílio sul-americano das décadas de sessenta e setenta do século XX se apresenta como uma consequência direta da política de extermínio estabelecida na Doutrina de Segurança Nacional. Nesse contexto, estima-se que aproximadamente 380.000 uruguaios, 300.000 paraguaios, 200.000 chilenos, 50.000 argentinos e 15.000 brasileiros foram forçados a deixar seus países e buscar exílio no exterior.

Em direção de uma definição sociopolítica de exílio, Sznajder e Roniger (2013) propõem que este é um mecanismo de exclusão institucional pelo qual alguém envolvido na política e na vida pública – ou percebido dessa forma pelos que estão no poder – é forçado ou pressionado a abandonar seu país de origem e impedido de retornar até que haja uma mudança nas circunstâncias políticas. Ainda que o exílio se apresente como um esforço para afastar aqueles que se opõem à ordem estabelecida mediante a ruptura dos canais normativos de participação, negociação e diálogo no âmbito político, também constitui uma oportunidade para o intercâmbio de ideias e proporciona um espaço para reconsiderar compromissos políticos, identidades, visões coletivas e práticas institucionais.

Segundo Roniger (2009), enquanto os exilados estão fora do seu país, eles vivenciam transformações pessoais e coletivas como consequência das novas experiências e ideias que enfrentam no exterior. Além disso, o exílio gera uma tensão entre o princípio da nacionalidade e o princípio da cidadania – ou seja, “ocorre uma ruptura entre o princípio da cidadania apoiado pelo Estado e o projeto de nação que os exilados imaginaram poder realizar, construir e compartilhar” (Roniger, 2009, p. 91). A partir da dissociação entre estes princípios, abre-se

¹ Historiadora. Mestranda em *Estudios Latinoamericanos* pela Universidad Nacional Autónoma de México (UNAM)



EM MEMÓRIA DA AMÉRICA LATINA

não apenas um processo de transformação pessoal, mas também um caminho para repensar e renovar a política.

Mesmo quando excluídos da política nacional, os exilados não deixaram de representar um inconveniente para as ditaduras, uma vez que, muitas vezes, encontraram no exílio a possibilidade de responder às circunstâncias. Nesse contexto, a imprensa no exílio constituiu um espaço organizativo de oposição aos regimes militares. Revistas, jornais e panfletos ocuparam lugar de destaque na articulação de oposição, na revisão de posicionamentos e na reorganização de projetos políticos.

A imprensa foi, em primeiro lugar, um espaço de socialização de experiências e ideias, além de fomentar novas concepções sobre o país de origem e suas organizações de esquerda. Frequentemente interpretado como a derrota de um projeto político, o exílio levou os exilados a questionarem os fatores que contribuíram para a instabilidade política e a repressão em seus países de origem, a discutirem as possibilidades de combate às ditaduras e a desenvolverem estratégias para enfrentar a nova realidade.

Além disso, a distância estabelecida pelo exílio permitiu divulgar o que era proibido na imprensa nacional, fazendo da imprensa no exílio um lugar privilegiado para denunciar os crimes cometidos pelas ditaduras à comunidade internacional. As atividades de denúncia foram essenciais para expor as atrocidades praticadas pelas ditaduras no Cone Sul, pressionar por mudanças e apoiar as vítimas. Esse apoio externo não só trouxe visibilidade às violações dos direitos humanos, como também ajudou a criar as condições para a eventual transição para a democracia e para a busca por justiça e reparação para as vítimas.

Finalmente, a imprensa tornou-se uma das estratégias estruturadas para preservar identidades e resistir à fragmentação causada pela expatriação. A imprensa forneceu um espaço de socialização entre os exilados, de disseminação de informações sobre a situação no país de origem, assim como se apresentou como uma possibilidade de continuação da luta política e da manutenção dos valores que motivaram seu deslocamento.

A importância da imprensa no exílio não pode ser subestimada. Ela desempenhou um papel vital na articulação de oposição aos regimes ditatoriais, na preservação de identidades culturais e políticas e na luta pela justiça e reparação das vítimas. Dada a relevância desse tema, é fundamental que mais pesquisadores se dediquem a explorar e analisar a imprensa no exílio e seu impacto nas sociedades de origem e de acolhimento. Convido, portanto, estudiosos e interessados a investigar este campo, contribuindo para uma



EM MEMÓRIA DA AMÉRICA LATINA

compreensão aprofundada de como a imprensa no exílio influenciou processos políticos, sociais e culturais na América Latina.

Referências

- RONIGER, Luis. El exilio y su impacto en la reformulación de perspectivas identitarias, políticas e institucionales. *Revista de Ciencias Sociales* (Cr), 2009, vol. 3, no 125, p. 83-101.
- SZNAJDER, Mario; RONIGER, Luis. *The politics of exile in Latin America*. New York: Cambridge University Press, 2009.
- YANKELEVICH, Pablo. Los exilios en el pasado reciente sudamericano. *Migraciones y exilios*, 2016, vol. 16, p. 11-31.

Como citar: SAVIAN, Julia. Ditadura, exílio e imprensa. 2025. Disponível em: <https://lppe.uerj.br/emmemoriadaamericalatina>. Acesso em: 23 abr. 2025.